



Prefeitura Municipal de Barra Longa

Gabinete do Prefeito

CNPJ: 18.316182/0001-70

Rua Matias Barbosa, 40, Centro CEP: 35.447-000

Fone/Fax: (31)38775511 E-mail: pmblonga@ig.com.br

PROJETO DE LEI Nº 007 DE 29 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder no exercício de 2.014 subvenções Sociais às seguintes entidades:

Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo R\$ 6.000,00

Corporação União Musical São José R\$ 6.000,00

Art. 2º - A concessão das subvenções deverá obedecer aos critérios da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2.014.

Art. 3º - A dotação orçamentária para realização da despesa está prevista na Lei Orçamentária anual.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Longa, 29 de abril de 2.014


FERNANDO JOSÉ CARNEIRO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

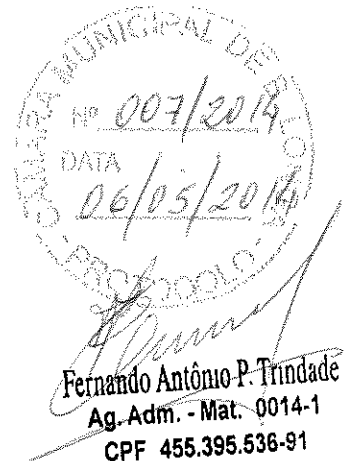
ESTADO DE MINAS GERAIS

APROVADO EM 1ª, 2ª e 3ª DISCUSSÃO

EM 08 DE maio DE 2014


Lucinei do Rosario Canuto
Presidente

CPF 056.046.666-88





Prefeitura Municipal de Barra Longa

Gabinete do Prefeito

CNPJ: 18.316182/0001-70

Rua Matias Barbosa, 40, Centro CEP: 35.447-000

Fone/Fax: (31)38775511 E-mail: pmblonga@ig.com.br

MENSAGEM

De: Gabinete do Prefeito Municipal

Ao: Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Assunto: Autorização para concessão de Subvenções Sociais.

Senhor Presidente,

Sirvo-me da presente para encaminhar a esta Augusta Casa Legislativa o projeto de lei em anexo, que dispõe sobre autorização para concessão de Subvenções Sociais para a Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo e Corporação União Musical São José, entidades de grande valor cultural do nosso município..

Diante do exposto, solicitamos que a presente matéria seja aprovada por essa Casa.

Sendo o que apresenta para o momento, despede, renovando protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

FERNANDO JOSÉ CARNEIRO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



LUCINEI DO ROSÁRIO CANUTO
Câmara Municipal – Vereador/Presidente
Barra Longa/MG

Handwritten signature and date:
06/05/14.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP 35447-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº 26.151.787/0001-86

RUA GETÚLIO ETRUSCO, Nº 50 - TEL/FAX: (31) 3877-5320

E-mail: camaradebarralonga@hotmail.com

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE E SANEAMENTO**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO
SOCIAL E AGRICULTURA**

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 007/2014

HISTÓRICO: De iniciativa do Executivo, vem a exame destas Comissões o projeto de Lei em epígrafe que "autoriza subvenções sociais".

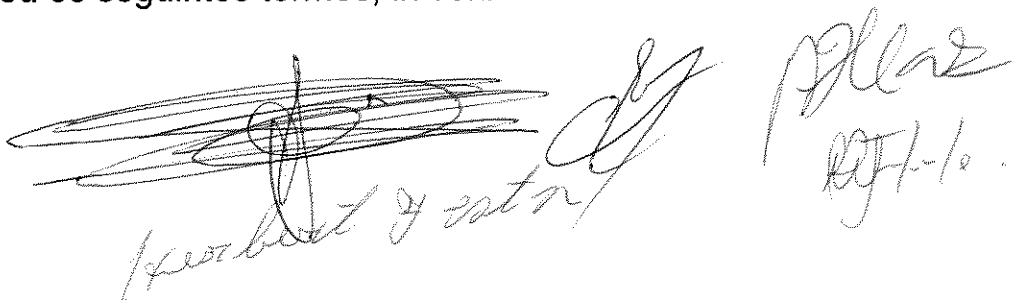
PARECER: O Projeto suso mencionado tem como escopo estabelecer novas entidades que serão sujeitas passivas de subvenções públicas no exercício de 2014 confirmando, *in totum*, as previsões orçamentárias inerentes.

Para melhor entendimento do assunto devemos transcorrer acerca da subvenção permitida pela Lei 4320.

O Poder Público está constitucionalmente obrigado a prestar os serviços considerados públicos, dentre eles a educação, a assistência social e os serviços de saúde.

O nosso ordenamento jurídico, entretanto, não invalida o trabalho prestado por entidades privadas, podendo a Administração Pública efetuar parcerias que visem o desenvolvimento de atividades de interesse público, ou seja, atividades de caráter coletivo que possam beneficiar indivíduos, tais como as de caráter educacional, cultural, assistencial, de promoção da saúde e de preservação do meio ambiente.

É de bom alvitre trazer a lição da Dra. Tatiana Magosso Evangelista que ao tratar da finalidade da subvenção social delineou os seguintes termos, *in verbis*:


/ *Herbert J. Costa* / *Alcides*
RJH-16



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP 35447-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº 26.151.787/0001-86

RUA GETÚLIO ETRUSCO, Nº 50 - TEL/FAX: (31) 3877-5320

E-mail: camaradebarralonga@hotmail.com

A finalidade das subvenções sociais é bem restrita, cabendo apenas às entidades que atuam em prol da sociedade e já possuem projetos estruturados e em funcionamento. Portanto, a transferência dos recursos se dá no intuito de suprir necessidades para sua manutenção, e não com o fim de criação de um projeto novo.

Ademais, destaca-se que cabe ao Poder Público suprir às necessidades da sociedade, desta sorte a concessão de subvenções sociais não deve ser regra, mas sim uma suplementação de recursos na área social, reservando às subvenções o papel de suplementadora e estimuladora da iniciativa dos particulares nesse campo.¹

Em obediência ao Princípio da Legalidade ao qual está adstrita a Administração Pública, foram criados instrumentos legais para o repasse de recursos às entidades privadas que prestam serviços de interesse público próprio. Dentre os organismos administrativos pertinentes figuram as subvenções sociais.

Nos termos da Lei nº 4.320/64, o Poder Público poderá conceder subvenções sociais às entidades públicas e privadas que visem a prestação de serviços assistenciais, médicos, educacionais e culturais, desde que não tenham fins lucrativos e atendam aos demais pré-requisitos legalísticos.

Nesse sentido dispõem os art. 16 e 17 da lei aludida, *in verbis*:

¹ EVANGELISTA, Tatiana Magosso. *Desvendando as subvenções sociais*. Disponível em <http://www.economica.com.br/artigos.asp?id=1746>, São Paulo, jun. 2006.

Devaldo Costa

Adriano
2011/10



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP 35447-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº 26.151.787/0001-86

RUA GETÚLIO ETRUSCO, Nº 50 - TEL/FAX: (31) 3877-5320

E-mail: camaradebarralonga@hotmail.com

"Art. 16 - Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

Parágrafo único - O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

*Art. 17 - Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções."*²

Conforme se depreende da leitura atenta dos artigos supratranscritos, verificamos que as entidades beneficiadas prestam relevante serviço cultural e histórico na cidade e se amoldam com perfeição nos ditames legais.

O projeto em exame, não contém vícios que impeçam a sua tramitação regular, devendo obedecer o rito estabelecido no Regimento Interno da Câmara.

² BRASIL. Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964. *Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. Publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de março de 1964.

Handwritten signature: Roberto de Souza

Handwritten signature: [illegible]
Handwritten text: 07/10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP 35447-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº 26.151.787/0001-86

RUA GETÚLIO ETRUSCO, Nº 50 - TEL/FAX: (31) 3877-5320

E-mail: camaradebarralonga@hotmail.com

CONCLUSÃO: Diante de todo exposto, estas comissões manifestam-se favoráveis à aprovação da matéria, não havendo nenhum óbice do ponto de vista da legalidade, financeiro e orçamentário, cabendo ao douto Plenário decidir no tocante ao mérito.

Eis o parecer, *sub censura*

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra Longa, 08 de maio de 2014.

1ª Comissão

Antônio José Coelho Costa

Antônio José Coelho Costa

Élcio Carneiro Rôla

Herbert Figueiredo Cota

Herbert Figueiredo Cota

2ª Comissão

Altair da Silva Vital

Altair da Silva Vital

Carlos Jerônimo Nunes de Souza

Carlos Jerônimo Nunes de Souza

Wander Luiz Pereira Trindade

Wander Luiz Pereira Trindade